



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (SEMIPRESENCIAL) DE 07/11/2023

BREVES COMUNICAÇÕES

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado parabenizou o Fluminense pela conquista da Copa Libertadores. Criticou a gestão e a política fiscal do Governo Federal, acusando-o de focar excessivamente na arrecadação de receitas em vez de controlar os gastos. Mencionou o déficit previsto nas contas públicas em 2024 e a alta carga tributária para as empresas, que estariam levando muitas delas à falência. Questionou a criação de cargos públicos. Afirmou que o Governo está criando problemas para si ao propor matérias no Congresso que podem enfrentar resistência. Concluiu com previsões negativas para as finanças públicas.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado criticou o Ministro Flávio Dino por ter anunciado uma GLO (Garantia da Lei e da Ordem). Argumentou que a GLO convocada pelo Ministro envolveu a Marinha e a Força Aérea Brasileira para realizar tarefas que já são obrigação do Governo Federal em áreas como portos e aeroportos. O Parlamentar afirmou tratar-se de uma medida improvisada para gerar publicidade positiva, enquanto a segurança pública no Brasil enfrenta desafios significativos.

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado destacou a importância da II Cúpula das Três Bacias dos Ecossistemas da Biodiversidade e das Florestas Tropicais, realizada em Brazzaville, no Congo. Ressaltou que as três bacias em questão (Amazônia, Congo e Sudeste Asiático) abrigam 80% das florestas tropicais do mundo e dois terços da biodiversidade terrestre, desempenhando um papel crucial na preservação do meio ambiente global. Elogiou a iniciativa dos Governos do Brasil, Congo e Indonésia em coordenar esforços para preservar essas florestas tropicais e destacou a importância de envolver a sociedade civil, especialmente os povos indígenas, nesse processo de conservação ambiental. Por fim, o Parlamentar mencionou a encíclica Laudato si' do Papa Francisco como um exemplo de apelo à preservação do planeta como uma casa comum.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado prestou homenagem a Pedro Magaldi por seu papel em projetos esportivos que beneficiam crianças, adultos e idosos no Município de Resende, no Estado do Rio de Janeiro, destacando sua dedicação e amizade. O Parlamentar enfatizou o compromisso com o desenvolvimento daquela cidade e dos valores transmitidos por seus pais.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada falou sobre a importância de proteger os direitos dos povos indígenas e enfatizou os impactos negativos do Projeto de Lei nº 490, de 2007, que altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio, ao abrir territórios indígenas para a mineração e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

exploração econômica. A Parlamentar defendeu a manutenção dos vetos presidenciais. Destacou a preservação do meio ambiente e a necessidade de reconhecer os povos indígenas como uma solução fundamental para combater a crise climática.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado abordou o conflito entre Israel e Palestina, expressando sua preocupação com a guerra que já dura um mês e causou um grande número de vítimas, incluindo muitas mulheres e crianças. Destacou a necessidade urgente de um cessar-fogo e apelou por uma negociação pacífica que respeite a solução de dois Estados. Por fim, o Parlamentar lembrou os desastres ambientais em Mariana e Brumadinho, bem como, a importância do Seminário liderado pelos Deputados Rogério Correia e Padre João, sobre os atingidos pelo rompimento da barragem em Mariana. Enfatizou a necessidade de revisar regulamentações de segurança de barragens, responsabilizar as empresas envolvidas e promover a gestão responsável da mineração, além de ouvir as comunidades afetadas e buscar políticas públicas que atendam às suas necessidades.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado anunciou a aprovação da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB) pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado. Após ter sido aprovada na Câmara dos Deputados, a proposta avança para votação no Plenário do Senado Federal. Ressaltou a importância do tema, relacionando-o ao crime socioambiental em Mariana, Minas Gerais, há oito anos. Parabenizou a Comissão pela aprovação e expressou a esperança de que o Senado confirme a PNAB, assegurando os direitos das comunidades afetadas, lideradas pelo MAB — Movimento dos Atingidos por Barragens.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado expressou preocupação com a construção, pela Bahia Mineração, de uma barragem em Guanambi, na Bahia, classificando-a como uma "bomba-relógio". Alertou para o risco iminente, destacando a proximidade com a Barragem de Ceraíma, crucial para o abastecimento hídrico regional. Também recordou suas intervenções anteriores sobre o assunto e enfatizou a urgência de maior atenção à questão. Em seguida, homenageou os radialistas, destacando a importância do rádio na transmissão de informação, diversão e emoção aos lares brasileiros. Mencionou programas locais e parabenizou os profissionais de todo o país, incluindo os da Rádio Câmara.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado expressou preocupação com a notícia de que o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, ordenou a investigação de todas as 700 mil pessoas que doaram para o Pix do ex-Presidente da República, do Partido Liberal (PL). Argumentou que tal medida pode gerar receio nas doações, enfatizando que o Partido dos Trabalhadores (PT) promoveu vaquinhas, campanhas de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

arrecadação de fundos. Solicitou ao Ministro que amplie as investigações para as doações às vaquinhas do PT, visando garantir isonomia.

Lucas Redecker (PSDB - RS) - O Deputado elogiou a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) por abordar a questão da ideologização das provas do ENEM. Destacou o vazamento de questões, criticando o viés ideológico anti-agropecuária. Pediu anulação e desculpas do INEP, exigindo esclarecimentos do Ministro da Educação na Comissão de Agricultura da Casa.

Márcio Correa (MDB - GO) - O Deputado expressou indignação com o uso ideológico do ENEM pelo Governo. Criticou a questão 89 por atacar o agronegócio, ignorando seu papel econômico significativo. Destacou o desconhecimento de quem elaborou a referida questão sobre o desenvolvimento de regiões como Luís Eduardo Magalhães, na Bahia e a riqueza de Mato Grosso, ressaltando a prosperidade trazida pelo agronegócio. Concluiu que, sem embasamento, a abordagem da prova não protege os camponeses, mas reflete preocupação com a liberdade e dignidade alcançadas pela inovação no setor.

Darci de Matos (PSD - SC) - O Deputado expressou preocupação com a chegada do peixe-leão, originário dos Estados Unidos, ao Ceará e outros Estados brasileiros. Destacou os riscos desse peixe predador, venenoso e causador de acidentes para mergulhadores e pescadores. Mencionou uma reunião produtiva com representantes da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA), o Ministro da Pesca e Aquicultura, e alguns deputados para discutir medidas contra esse problema que afeta a economia da pesca no Brasil.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado denunciou suposta corrupção na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), alegando investigação de mais de 2,5 bilhões de reais pelo Ministério Público. Mencionou que Deputados Estaduais tentaram apurar um esquema de cobrança de estacionamento na UERJ, mas enfrentaram resistência judicial. Expressou solidariedade aos Deputados e criticou a liminar que proibiu as investigações na universidade.

Guilherme Uchoa (PSB - PE) - O Deputado parabenizou os eleitos para a nova Mesa Diretora do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) para o biênio 2024/2026. Ressaltou a história de seu pai, Guilherme Uchoa, que integrou o Judiciário e foi Presidente da Assembleia Legislativa. Expressou agradecimento ao Presidente do TJPE pela contribuição à sociedade pernambucana.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado denunciou alegada instrumentalização ideológica do ENEM pelo Governo, criticando a organização e a inclusão de questões tendenciosas contra o agronegócio. Destacou o impacto negativo nos quase 4 milhões de candidatos e exigiu respeito ao setor agropecuário, solicitando explicações do Ministro da Educação à Comissão de Educação. Repudiou a suposta sabotagem ao agronegócio, vital para a economia do País.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado saudou as ações do Governo Federal, destacando investimentos na educação, retomada de obras, reajuste no piso do magistério e benefícios para estudantes do FIES. Criticou a postura da Oposição e ressaltou o Brasil como o segundo País que mais atraiu investimentos externos. Encerrou mencionando os 8 anos do crime socioambiental em Mariana, no estado de Minas Gerais, e sua atuação na Comissão Externa, exigindo reparação para os cidadãos afetados.

Juliana Cardoso (PT - SP) - A Deputada apresentou o projeto de lei que propõe instituir o dia 23 de setembro como o Dia Nacional da Saúde Indígena. A escolha da data é simbólica, marcando a sanção da Lei Arouca em 1999, que criou o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS). O projeto destaca os avanços na saúde indígena desde a criação do SasiSUS, reconhecendo a importância da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e ressaltando a diversidade étnica e cultural das 305 etnias indígenas no Brasil. A iniciativa visa fortalecer o reconhecimento e a promoção da saúde dessa população.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado criticou a imposição da vacinação, defendendo a autonomia dos pais sobre a saúde das crianças. Criticou o Ministro da Justiça por usar a palavra "democracia" ao impor medidas que, segundo o Deputado, atacam a liberdade individual. Expressou preocupação com a perda de liberdade e autonomia das famílias em decisões de saúde e educação. Afirmou que as crianças estão sendo alvo de intervenção excessiva do Estado e argumentou que as escolas estão influenciando negativamente os alunos. Além disso, criticou o Governo, acusando-o de destruir o País economicamente e atacar o agronegócio.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado elogiou o Prefeito Marcos Luiz Jauhar de Guaçuí, no Espírito Santo, por sua gestão eficiente e melhorias na cidade, incluindo obras importantes. Destacou a colaboração de seu mandato na Câmara dos Deputados com o Governador do Estado, visando o progresso daquele município.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado expressou preocupação com os danos causados por javalis aos agricultores e pecuaristas do Rio Grande do Sul, criticando as restrições à caça. Atribuiu essas limitações a supostas retaliações do Governo contra os Colecionadores, Atiradores desportivos e Caçadores (CAC). Ressaltou a importância da caça na proteção de lavouras e rebanhos, expressando solidariedade aos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

caçadores. Condenou o que percebe como um Governo marcado por ódio e vingança, criticando a ausência do Presidente da República, diante das tragédias no Estado.

Joseildo Ramos (PT - BA) - O Deputado abordou a questão da privatização dos serviços públicos, destacando a situação da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP). Enfatizou a importância de consultar a sociedade antes de decidir sobre a privatização de uma empresa estatal tão respeitada internacionalmente. Criticou a abordagem do Governo Bolsonaro em relação à privatização, utilizando o exemplo da Refinaria Landulpho Alves, na Bahia. Apontou que, apesar da promessa de preservar a soberania, efetuou a privatização da refinaria por um valor inferior ao praticado no mercado. Criticou o Novo Marco Legal do Saneamento, alegando que prioriza a iniciativa privada em detrimento dos serviços públicos. Encerrou pedindo uma atitude do Governo Federal.

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado refutou a declaração do Parlamentar, Gustavo Gayer, do Partido dos Trabalhadores (PT), sobre recordes em investimentos estrangeiros, citando dados do Banco Central que indicam uma queda de 40% nos primeiros nove meses deste ano. Atribuiu essa diminuição às ações do atual Governo, liderado, segundo suas palavras, por alguém que não respeita a meta fiscal e conduzirá o País ao buraco.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado criticou o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em seu discurso, apontando a ausência de questões relevantes sobre desmatamento na Amazônia e a presença de perguntas que induzem estudantes a associarem o agronegócio ao desmatamento. Destacou os recordes de desmatamento e incêndios na Amazônia, criticando a falta de manifestações de artistas e ativistas sobre o assunto. Acusou o Governo Lula de sabotar o setor e defendeu a convocação do Ministro da Educação para esclarecimentos, exigindo a anulação de questões ideologicamente tendenciosas. Denunciou o uso do exame com viés político-ideológico, classificando-o como "tortura ideológica" contra os estudantes.

General Girão (PL - RN) - O Deputado abordou questões de cidadania e segurança nacional, criticando a cantora Ludmilla por esquecer a letra do Hino Nacional durante o Grande Prêmio de Fórmula 1 em São Paulo. Expressou preocupação com o viés ideológico que diminui a cidadania dos brasileiros. Além disso, condenou o termo "GLO com estética pontual", criado pelo Ministro Flávio Dino, afirmando que o conceito é inapropriado para a segurança pública e acusa o Ministro de desconhecer a área. Alertou os militares em serviço ativo a não serem usados de maneira inadequada, criticando o emprego das Forças Armadas nos portos e aeroportos. Sugeriu que o Ministério da Justiça e Segurança Pública direcione efetivos policiais para a segurança pública em vez de proteger autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nos Estados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

Marussa Boldrin (MDB - GO) - A Deputada expressou solidariedade aos donos da loja Zeigue, afetada por um grande incêndio em Rio Verde (GO). Elogiou a atuação eficaz dos Bombeiros, ressaltando o rápido controle das chamas, o envolvimento de 28 homens e a dedicação por quase 3 horas, parabenizando o Corpo de Bombeiros de Goiás pela intervenção.

Gustavo Gayer (PL - GO) - O Deputado criticou veementemente a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), rotulando-a como um teste de "quociente de imbecilidade" e acusando-a de promover doutrinação e histeria ideológica. Expressou choque com o conteúdo, alertando que o exame ditará a matéria ensinada nas escolas, disseminando ideias como racismo estrutural, desvalorização do trabalho e enaltecimento do socialismo. Anunciou a convocação do Ministro da Educação para esclarecimentos sobre a origem do exame.

Yandra Moura (UNIÃO - SE) - A Deputada homenageou radialistas no Dia do Radialista e elogiou a prévia carnavalesca de Sergipe, o Pré-Caju, ressaltando o sucesso do evento que atraiu mais de 400 mil pessoas. Parabenizou os envolvidos na organização, destacando o impacto positivo na economia local e anunciou a retomada de voos diretos para várias localidades, fruto do esforço conjunto com o Ministro do Turismo e o Governador Fábio Mitidieri.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado criticou a utilização das Forças Armadas em funções de segurança pública, alegando que isso desmoraliza os soldados. Acusou o Governo de desacreditar as Forças Armadas, afirmando que são a última barreira contra o comunismo no Brasil.

Pr. Marco Feliciano (PL - SP) - O Deputado expressou preocupação com o estado atual do Brasil, citando problemas como a discussão sobre poligamia na Câmara e questões ideológicas na educação, incluindo o ENEM. Alertou para a deterioração dos valores judaico-cristãos e pediu que pais assumam mais responsabilidade na educação de seus filhos, criticando a ideologização do ensino.

Delegado Palumbo (MDB - SP) - O Deputado fez um apelo à Câmara para aprovar a Proposta de Emenda à Constituição que inclui a guarda municipal entre os órgãos de segurança pública. Ressaltou a importância de fortalecer essas forças para combater a criminalidade e garantir a segurança da população.

Guilherme Boulos (PSOL - SP) - O Deputado denunciou a crise de energia em São Paulo, afetando milhares de pessoas. Criticou a Enel, a concessionária de energia, e o Prefeito por sua inércia diante do problema,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

propondo uma taxa injusta à população. Convocou uma audiência pública para responsabilizar as autoridades e a concessionária pela crise.

Zucco (REPUBLICANOS - RS) - O Deputado exigiu a saída do Ministro da Educação e criticou duramente o ENEM, acusando-o de ser ideológico e prejudicar milhões de jovens. Denunciou questões que criminalizaram o agronegócio e defenderam a doutrinação ideológica. Pediu a demissão dos responsáveis pelas questões e do Ministro.

Tabata Amaral (PSB - SP) - A Deputada expressou preocupação com a tragédia em São Paulo durante o feriado. Destacou a ausência do poder público na resposta à crise, exigindo medidas imediatas para quem sofreu danos e ações preventivas diante das mudanças climáticas, reforçando a urgência de preparo das cidades para esses eventos.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada saudou a presença da Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Rio Grande do Sul (ADPERGS) na Câmara dos Deputados, destacando o 10º Prêmio ADPERGS de Jornalismo. Enfatizou a importância da valorização do jornalismo e mencionou iniciativas similares, como o Prêmio Glória Maria de Jornalismo.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado alertou sobre as estratégias de cortina de fumaça do Governo Federal, criticando os seus Ministros. Expressou contrariedade à decretação da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) que possibilitará a utilização das Forças Armadas em aeroportos e portos. Repudiou questões ideológicas no ENEM, especialmente aquelas relacionadas ao agronegócio.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado denunciou o descaso do Prefeito de São Luís com verbas federais do FUNDEF destinadas à educação e aos professores. Revelou a demora e erros no processo de pagamento dos recursos destinados aos educadores, evidenciando a falta de planejamento e sensibilidade do Prefeito com a educação municipal. Reforçou a necessidade de priorizar a valorização dos professores e alertou sobre o risco de não receber as demais parcelas do FUNDEF caso o pagamento não seja realizado.

Sidney Leite (PSD - AM) - O Deputado homenageou os radialistas pelo Dia do Radialista, destacando especialmente o papel desses profissionais na Amazônia como fonte crucial de informação. Fez um apelo ao Presidente do Congresso Nacional para votar o Projeto de lei do Congresso Nacional nº 40, de 2023, que recompõe recursos do ICMS e FPM dos Municípios, visando auxiliar as Prefeituras brasileiras. Convidou para a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

2ª Feira de Sustentabilidade do Polo Industrial de Manaus, expondo o potencial do polo e discutindo a logística amazônica como solução econômica.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada denunciou o ENEM, criticando questões que atacavam o modelo capitalista e o agronegócio, considerando-as vexatórias. Condenou o Ministro da Educação pela prova e questionou a eficácia das vacinas contra COVID-19, apelando contra a obrigatoriedade da vacinação para crianças sem comprovação de segurança.

Josenildo (PDT - AP) - O Deputado discorreu sobre os lucros expressivos da LATAM, ressaltando que a companhia aérea obteve um lucro líquido superior a 232 milhões de dólares no terceiro trimestre do ano, equivalente a mais de 1 bilhão de reais. Ademais, sustentou a necessidade de equilibrar a busca por lucro com a oferta de um serviço acessível e de qualidade para a população. Além disso, criticou os altos preços das passagens aéreas e a disparidade entre os lucros das empresas aéreas e os custos para os consumidores. Adicionalmente, ressaltou que as condições atuais, como a estabilização do preço do combustível e do dólar, são favoráveis para redução das tarifas. Por fim, expressou o compromisso de lutar por tarifas mais acessíveis e por um setor de aviação mais justo e sustentável, pedindo o apoio dos colegas parlamentares nessa iniciativa.

Giovani Cherini (PL - RS) - O Deputado criticou o Presidente Lula pela falta de transparência em relação aos gastos governamentais, apontando a contradição entre a defesa da transparência pelo PT e pela Esquerda e os sigilos impostos pelo Governo Federal.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado denunciou os recentes registros de queimadas na Amazônia, ressaltando que em junho e outubro deste ano houve um número alarmante de focos de calor, inclusive atingindo máximas históricas. Ademais, questionou a omissão de ativistas ambientais e celebridades internacionais que anteriormente se pronunciavam sobre questões ambientais na Amazônia. Além disso, criticou a ineficiência da política ambiental do Presidente Lula e da Ministra Marina Silva, responsabilizando-os pelos incêndios florestais. Adicionalmente, condenou as políticas de saúde do Governo, particularmente em relação à vacinação infantil, descrevendo-as como irresponsáveis e prejudiciais. Por fim, comparou o recente blecaute em São Paulo com o "apagão" do Governo Federal e da Esquerda.

Antonio Andrade (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado saudou a presença na Câmara dos Deputados do seu filho Tony Andrade, Vereador da cidade de Porto Nacional (TO). Ademais, lembrou sua trajetória política como Vereador em Porto Nacional e como Parlamentar de Tocantins.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

Erika Hilton (PSOL - SP) - A Deputada repudiou a insistência do negacionismo em relação às vacinas no Brasil, ressaltando a importância da vacinação para salvar vidas. Ademais, censurou o descaso com a cidade de São Paulo, enfatizando o recente episódio em que milhares de paulistanos ficaram sem energia elétrica, destacando as consequências graves como a perda de eletrodomésticos, medicamentos e alimentos. Além disso, criticou a falta de ação e o jogo de responsabilidades entre o Prefeito e o Governador, apontando a necessidade de uma resposta efetiva do poder público. Adicionalmente, reprovou a falta de preparo da Prefeitura e do Governo Estadual para lidar com crises climáticas. Por fim, afirmou que tomará providências junto ao Ministério Público para responsabilizar todos os envolvidos com o apagão e garantir o ressarcimento das famílias afetadas.

Bruno Farias (AVANTE - MG) - O Deputado saudou a presença na Câmara dos Deputados do Vereador Fábio Lemes, ex-Presidente da Câmara Municipal de Teófilo Otoni (MG), do Dr. Marcelo Penchel, Diretor do Hospital Philadelfia, do Franco e da Maria do Socorro, Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais (COREN/MG).

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado criticou o desmonte na área educacional causado pelos cinco Ministros da Educação do Governo Bolsonaro. Por outro lado, elogiou os esforços do Ministro Camilo Santana para a reconstrução da política educacional do País. Ademais, destacou o programa Escola em Tempo Integral, ressaltando a expansão dos institutos federais e o aumento do investimento em merenda escolar e no FUNDEB. Além disso, contestou as acusações de patrulha ideológica no ENEM, defendendo a pluralidade e a democracia nas avaliações educacionais. Adicionalmente, exaltou a educação como prioridade do Governo Lula, celebrando a conquista de duas escolas públicas brasileiras no prêmio Melhores Escolas do Mundo e a proposta de criação de mais dois institutos federais em São Paulo (SP). Enfatizou ainda a importância da formação e qualificação da juventude, celebrando a esperança dos jovens que prestaram o ENEM. Por fim, lembrou que o Ceará foi referência em qualidade de educação pública durante o governo do atual Ministro Camilo Santana.

Marco Brasil (PP - PR) - O Deputado celebrou a recuperação do Paraná, que foi recentemente assolado por fortes temporais, assim como toda a Região Sul do país. Ademais, saudou a presença na Câmara dos Deputados do Vereador Márcio Barros, de Curitiba (PR), do Vereador Mestre Madureira, de Londrina (PR), e do advogado Márcio.

Nílto Tatto (PT - SP) - O Deputado discorreu sobre os recentes eventos climáticos severos em São Paulo, destacando a interrupção do fornecimento de energia que afetou milhões de pessoas e domicílios. Ademais,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

ressaltou a importância de preparar as cidades para enfrentar os impactos das mudanças climáticas, enfatizando a necessidade de políticas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Além disso, criticou o Prefeito de São Paulo por não trabalhar para minimizar ou evitar as consequências da crise climática, citando também municípios vizinhos. Censurou ainda o Prefeito por aconselhar os cidadãos a contratarem serviços particulares de instalação de energia. Adicionalmente, criticou a política do Governador do Estado de delegar a responsabilidade dos serviços de energia e infraestrutura para o setor privado, mencionando a redução do quadro de funcionários da ENEL e a privatização como causas de ineficiência. Por fim, alertou sobre os possíveis efeitos negativos da privatização da Companhia de Saneamento Básico, a SABESP.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado denunciou as tentativas de impedir que parlamentares bolsonaristas investiguem o esquema de corrupção na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Ademais, censurou a decisão judicial que concedeu liminar à UERJ, proibindo a investigação das finanças relacionadas ao estacionamento no Maracanã e cominando multas elevadas. Além disso, defendeu a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) para investigar os casos de corrupção na UERJ, visando preservar as prerrogativas parlamentares de fiscalização da Administração Pública. Por fim, reafirmou seu compromisso inabalável com a luta contra a corrupção, lembrando suas próprias experiências anteriores em desafiar situações de injustiça.

Roberto Monteiro Pai (PL - RJ) - O Deputado denunciou uma tentativa recente de sequestro envolvendo Bruna Biancardi, companheira ou ex-companheira do jogador de futebol Neymar, e sua filha recém-nascida, destacando que o incidente ocorreu em Cotia, São Paulo. Ademais, relatou que os criminosos foram interceptados pela polícia, evitando consequências mais graves. Além disso, refletiu sobre a segurança pública, questionando a segurança das pessoas comuns em comparação com as celebridades. Elogiou ainda a atuação eficaz da Polícia Militar, classificando-os como heróis. Adicionalmente, reafirmou seu compromisso com a destinação de recursos orçamentários de emendas parlamentares para a segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Por fim, reforçou seu apoio às Forças Armadas e ao Governador Cláudio Castro no combate ao crime.

Ivoneide Caetano (PT - BA) - A Deputada denunciou um escândalo em Camaçari, Bahia, relacionado à destinação de cento e seis milhões de reais para uma empresa de Internet que ficou em quinto lugar no processo licitatório. Ademais, ressaltou que a cidade já possui um serviço similar por dez milhões de reais e que outras empresas ofereceram propostas significativamente mais baixas. Além disso, ressaltou que os Vereadores da Oposição denunciaram o caso ao Tribunal de Contas do Município. Por fim, reafirmou a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

vigilância e a indignação perante o descaso com o dinheiro público, enfatizando a atenção aos desmandos ocorridos em Camaçari.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado criticou o desapareço do Governo pelo agronegócio. Ademais, destacou a importância financeira do agronegócio para a economia brasileira, lamentando que os recursos previstos para o Plano Safra não se efetivaram nos bancos. Além disso, censurou a decisão do STF sobre a questão do marco temporal da ocupação das terras indígenas, apontando para a instabilidade jurídica criada para comunidades agrícolas estabelecidas há décadas, algumas das quais assentadas pelo próprio Governo. Adicionalmente, reprovou a representação negativa do agronegócio nas questões do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), as quais ignoram os benefícios econômicos proporcionados pelo setor, especialmente na exportação. Por fim, expressou preocupação com o futuro econômico do país se a importância do agronegócio não for devidamente reconhecida pelo Presidente da República e pelo Ministro da Agricultura.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada comemorou a decisão do Presidente Lula de reverter a liquidação da CEITEC, uma importante fábrica de semicondutores localizada em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Ademais, ressaltou que a CEITEC não só posiciona o Brasil em um setor mundialmente estratégico, mas também contribui significativamente para o desenvolvimento local e nacional, gerando empregos de alta qualidade. Além disso, criticou a tentativa do Governo anterior de liquidar a CEITEC e questionou a falta de ação do Prefeito de Porto Alegre em defesa da empresa. Adicionalmente, celebrou o anúncio da Ministra Luciana Santos sobre o investimento de 110 milhões de reais para a revitalização da CEITEC. Por fim, condenou a "fuga de cérebros" ocorrida na empresa e elogiou o compromisso do Presidente Lula com a ciência, tecnologia, inovação e o desenvolvimento futuro do país.

Marcon (PT - RS) - O Deputado saudou a presença na Câmara dos Deputados de Ariel Bagé, militante da Juventude do Partido dos Trabalhadores de Charqueada, Rio Grande do Sul. Ademais, elogiou a decisão do Presidente Lula de suspender a privatização da CEITEC, uma empresa essencial na produção de chips e semicondutores. Destacou ainda a importância da CEITEC para a posição do Brasil como um centro de tecnologia, salientando o papel da empresa no desenvolvimento tecnológico do Rio Grande do Sul, do Brasil e de toda a América Latina. Além disso, ressaltou que a CEITEC, construída durante os Governos Lula e Temer, enfrentou riscos de privatização sob a administração de Bolsonaro. Adicionalmente, enfatizou os benefícios da CEITEC para a economia e o emprego, tanto no âmbito nacional quanto internacional. Por fim, parabenizou o Presidente Lula por enfrentar e desmontar as ações do Governo Bolsonaro e reafirmar o compromisso com a ciência e a tecnologia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado destacou a notícia da delação de Mauro Cid, que implicou o ex-Presidente Bolsonaro em atividades ilícitas, incluindo o recebimento de carteiras de vacinação falsificadas e de dinheiro oriundo da venda de relógios presenteados. Ademais, discutiu o tema do déficit orçamentário, criticando as políticas fiscais adotadas pelo Governo Bolsonaro, que ocasionaram o empobrecimento da população e o retorno do País ao Mapa da Fome. Além disso, enfatizou a política fiscal do Governo Lula e do Ministro Haddad, que estariam tratando a questão orçamentária com responsabilidade fiscal e social. Por fim, ressaltou a necessidade de o Brasil investir em áreas vitais como habitação, saúde, educação e ciência, incluindo a reversão da liquidação da CEITEC no Rio Grande do Sul, para garantir o desenvolvimento sustentável e equilibrado do país.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado expressou preocupação com a crise na produção de leite no Brasil, agravada pela política de importação do produto de países do MERCOSUL. Elogiou a iniciativa do Governo em alterar o decreto para utilização dos créditos presumidos do PIS/PASEP e da COFINS no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, mas destacou a urgência da situação, pedindo que a medida seja implantada imediatamente. Além disso, celebrou os investimentos na CEITEC S.A. - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada, do Rio Grande do Sul, ressaltando sua importância para a produção de semicondutores. Enfatizou a necessidade de investir em ciência e tecnologia para o progresso do País.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada destacou o Boletim Epidemiológico sobre a saúde da população negra, trazendo preocupantes estatísticas, como mais de 60% das mortes de mulheres grávidas na época da COVID ocorrendo entre mulheres negras. Expressou a necessidade de destinar orçamento para ações que mitiguem o racismo na saúde. Comprometeu-se a promover a melhoria da saúde da população negra, alinhando-se com a recém-criada bancada negra da Câmara.

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado protestou contra a política fiscal do Governo Lula. Criticou a retomada do ICMS sobre combustíveis, taxação de compras da China e o retorno do imposto sindical. Abordou a proposta de recriação do DPVAT, extinto devido a fraudes apontadas pelo Tribunal de Contas da União nos governos petistas. Comprometeu-se a divulgar os nomes dos Parlamentares que votarem a favor desse projeto, reforçando sua indignação contra impostos excessivos.

Dr. Victor Linhalis (PODE - ES) - O Deputado registrou a presença, na Casa, do Vereador Léo Pindoba, da Câmara Municipal de Vila Velha; e do empresário Marcus Batista, da empresa Cozivip, da cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado expressou sua indignação com a situação em São Paulo após a intensa chuva, destacando a falha no fornecimento de energia pela Enel, empresa privada. Cerca de 300 mil pessoas ficaram sem energia por até 5 dias. Ele criticou a redução de 36% na mão de obra da empresa, contrastando com o lucro de 1,9 bilhão de reais. Anunciou que convocou o Presidente da Enel para depor na Comissão de Defesa do Consumidor. Mencionou a tentativa de privatizar a SABESP e condenou a postura do Prefeito e do Governador do Estado, responsabilizando-os pela situação caótica e enfatizando a necessidade de barrar a privatização.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado agradeceu aos Parlamentares da Comissão de Legislação Participativa por realizarem uma audiência pública sobre a situação na Palestina. Destacou a indignação global com os eventos dos últimos 30 dias, ressaltando que o que ocorre não é algo recente, mas uma luta de longa data do povo palestino por direitos reconhecidos internacionalmente. Condenou o que chamou de genocídio cometido por Israel, culpando os financiadores dessa política. Parabenizou os manifestantes em diversas capitais do Brasil que protestaram contra o massacre na Palestina.

Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado destacou a importância do Projeto de Lei nº 2.757, de 2022, que trata das cláusulas resolutivas para a titulação das propriedades rurais. Agradeceu ao Presidente Arthur Lira por designá-lo como Relator da matéria e ressaltou sua experiência como agricultor na Região Amazônica. Reconheceu a participação de Parlamentares da Casa e do Governo Federal para o aperfeiçoamento do seu parecer. Enfatizou a contribuição das organizações sindicais, como a CNA e a CONTAG, e o papel do Campo Unitário e do Núcleo Agrário do PT na busca de entendimento. Explicou que o projeto vai além das cláusulas resolutivas, incluindo a regularização fundiária em assentamentos. Concluiu pedindo o apoio da Casa para a aprovação da proposta.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado parabenizou os dentistas pelo Dia Nacional do Dentista, especialmente os profissionais da Paraíba. Expressou sua preocupação em relação à aplicação da Lei nº 3.999, de 1961, que prevê para os cirurgiões-dentistas jornada de 20 horas de trabalho e piso salarial de três salários mínimos. Cobrou celeridade do Congresso Nacional para reajustar a lei e assegurar o direito desses profissionais, que foi deixado de lado na aprovação do piso nacional. Comprometeu-se a apoiar os dentistas da Paraíba em seu mandato.

Ana Pimentel (PT - MG) - A Deputada saudou os servidores públicos de Minas Gerais em paralisação, denunciando o Governador Zema por adotar medidas prejudiciais à categoria, como o regime de recuperação fiscal que congela salários e impede concursos públicos. Criticou o Governador por mudar sua postura após a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

eleição, enganando o povo mineiro e favorecendo financiadores bilionários. Apelou ao Governador Romeu Zema para que ouça os servidores e adote políticas econômicas que promovam o desenvolvimento e garantam direitos à população.

Padre João (PT - MG) - O Deputado expressou sua preocupação com o massacre realizado por Israel contra os palestinos. Ele destacou os números alarmantes de vítimas, incluindo profissionais de saúde e crianças, e condenou a destruição de instituições de saúde e escolas. Pediu ação imediata para pôr fim a esse genocídio na Palestina e lamentou o apoio de Parlamentares da Casa a Israel.

Giovani Cherini (PL - RS) - O Deputado expressou críticas à atuação de alguns Parlamentares, questionando a defesa de organizações consideradas terroristas. Ele abordou temas como a política econômica, o desemprego, as dificuldades financeiras das empresas e alegou que o País está indo na direção oposta ao progresso. Também manifestou sua crença na importância da propriedade privada e expressou descontentamento com as políticas em vigor.

Prof. Reginaldo Veras (PV - DF) - O Deputado expressou seus cumprimentos pelo Dia do Radialista, celebrando a contribuição desses profissionais na disseminação de informações e cultura de maneira democrática em todo o Brasil. Ele mencionou alguns radialistas, como Marcelo Ramos, Brunno Melo, Milton Jung, Wigberto Tartuce e Roberta Tartuce, a quem enviou abraços. Reconheceu o papel vital do rádio, mesmo em meio às transformações tecnológicas, como uma forma democrática de comunicação.

Coronel Ulysses (UNIÃO - AC) - O Deputado repudiou as declarações do Desembargador Adriano Roberto Linhares, do Tribunal de Justiça de Goiás, criticando a Polícia Militar do Estado. Destacou a falta de conhecimento e despreparo do Desembargador em relação ao papel constitucional da Polícia Militar, ressaltando que a Constituição atribui à Polícia Civil a investigação, enquanto à Polícia Militar cabe a preservação da ordem pública. Defendeu a importância da Polícia Militar para a segurança pública, destacando o papel fundamental da instituição em manter o Estado Democrático de Direito. Elogiou o Governador Caiado por defender a tropa e parabenizou o Tribunal de Justiça por afastar o Desembargador.

Alfredinho (PT - SP) - O Deputado abordou a grave situação enfrentada pelos moradores de São Paulo devido às fortes chuvas. Criticou a falta de energia elétrica em muitas áreas da capital, destacando que as pessoas estão sofrendo prejuízos sem receberem compensações adequadas. Responsabilizou a empresa Enel, privatizada pelo Governo Estadual, pelos problemas no fornecimento de energia, enfatizando os altos custos e a precariedade na manutenção. Questionou a postura dos defensores do Estado mínimo diante dessas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

situações e mencionou a possível privatização da SABESP, CPTM e partes do metrô. Expressou indignação com a má prestação de serviços pelas empresas concessionárias, como a ViaMobilidade nos trens.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado destacou a crise enfrentada pela Enel em São Paulo, ressaltando a falta de energia e criticando a privatização. Questionou a viabilidade do *déficit zero* diante de desastres naturais, citando enchentes no Rio Grande do Sul e a seca no Norte do Brasil. Também questionou a possibilidade de aumento do salário mínimo, melhorias em programas sociais e socorro a Estados em dificuldades financeiras em caso de adoção da política de *déficit zero*. Criticou a priorização do pagamento de juros da dívida em detrimento dos investimentos sociais. Concluiu apoiando a posição do Presidente Lula em favor do povo brasileiro.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada expressou indignação em relação às questões do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), criticando a prova por sua abordagem interpretativa e politização excessiva. Argumentou que a prova deveria ser uma ferramenta de ensino de linguagem culta e fatos. A Deputada, que também é professora, condena a doutrinação dos estudantes e a abordagem tendenciosa contra o agronegócio e o capitalismo na prova. Manifestou revolta contra uma lógica que perpetua a pobreza e a dependência de auxílios. Concluiu solicitando a convocação do Ministro da Educação para esclarecer essas questões.

Pedro Aihara (PATRIOTA - MG) - O Deputado lembrou o desastre ambiental em Mariana ocorrido há 8 anos, enfatizando que foi um crime e que os responsáveis não foram punidos. Pediu que o Poder Judiciário atue para responsabilizar os culpados e criticou a governança da Fundação Renova. Destacou a importância de lembrar do desastre para evitar que situações semelhantes ocorram novamente.

ORDEM DO DIA

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado criticou a decisão do Prefeito do Rio de Janeiro de conceder aumento salarial apenas aos servidores ativos, deixando de lado os servidores inativos. Considerou essa decisão desumana e uma falta de empatia com aqueles que contribuíram para o crescimento da cidade.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado expressou preocupação com a votação de matérias de urgência sem tempo suficiente para avaliar o texto. Destacou que, no caso específico da votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 4.287, de 2023, que dispõe sobre a autorregularização incentivada de tributos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a bancada do PSOL não teve a oportunidade de analisar profundamente o conteúdo da matéria antes da votação.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.086, de 2023, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre o prazo para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios.

Isnaldo Bulhões Jr. (MDB - AL) - O Deputado esclareceu que o Projeto de Lei nº 5.086, de 2023, trata da prorrogação do prazo para a apresentação dos planos de mobilidade dos Municípios, visando evitar que estes fiquem impedidos de receber recursos caso não cumpram o prazo estabelecido. Ressaltou que não há modificações no texto e que se trata de uma medida simples.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado destacou que o Projeto de Lei nº 5.086, de 2023, em discussão, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre o prazo para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios, aborda o Estudo de Impacto de Vizinhança e sua possível influência na instalação de igrejas. Enfatizou a importância de estar atento a questões como os decibéis e a altura do som em eventos religiosos e pediu que a bancada religiosa aja rapidamente para evitar possíveis prejuízos a esse segmento.

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.086, de 2023, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre o prazo para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.086, de 2023, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre o prazo para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.086, de 2023, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre o prazo para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.086, de 2023, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre o prazo para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

Alencar Santana (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.086, de 2023, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre o prazo para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado, referindo-se ao Projeto de Lei nº 5.086, de 2023, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre o prazo para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios, enfatizou a importância da prorrogação dos prazos para que os Municípios possam elaborar seus planos de mobilidade urbana. Destacou a necessidade de o Governo Federal financiar esses planos, especialmente para os pequenos Municípios que muitas vezes não possuem recursos. Ressaltou sua experiência como ex-Prefeito de Viana, e como o plano de mobilidade de sua cidade foi financiado pelo Governo Federal.

Isnaldo Bulhões Jr. (MDB - AL) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 5.086, de 2023, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre o prazo para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.086, de 2023, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre o prazo para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.086, de 2023, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre o prazo para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios. Argumentou que o Congresso Nacional deveria defender os mandatos parlamentares e a aplicação das leis aprovadas, em vez de prorrogar indefinidamente prazos de implementação. Mencionou, ainda, a ausência do Ministro da Justiça, Flávio Dino, em uma convocação da Comissão de Segurança Pública, enfatizando a importância de cumprimento das decisões do Congresso.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.086, de 2023, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre o prazo para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios. Mencionou questões relacionadas ao Estatuto da Cidade, como o Estudo de Impacto de Vizinhança e os níveis de decibéis, que podem afetar o segmento religioso. Enfatizou a importância de alocar recursos para os Municípios poderem cumprir as obrigações relacionadas à mobilidade urbana.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 5.086, de 2023, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre o prazo para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 5.086, de 2023, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre o prazo para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios.

Odair Cunha (PT - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 5.086, de 2023, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre o prazo para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 5.086, de 2023, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre o prazo para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios. Destacou a extensão até abril de 2023 para cidades com mais de 250 mil habitantes e até o ano de 2025 para as menores, enfatizando a importância do planejamento local e a conformidade com princípios como ciclofaixas, ciclovias e acessibilidade. Ressaltou a necessidade de os planos municipais garantirem avaliação e revisão a cada 10 anos, conforme a Lei Nacional de Mobilidade Urbana.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 5.086, de 2023, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre o prazo para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 5.086, de 2023, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre o prazo para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios.

Zé Haroldo Cathedral (PSD - RR) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 1.874, de 2015, que altera a redação do parágrafo único do art. 3º e os artigos 5º e 7º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Andreia Siqueira (MDB - PA) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 1.874, de 2015, que altera a redação do parágrafo único do art. 3º e os artigos 5º e 7º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Destacou a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

importância do ambiente escolar inclusivo, ressaltando o direito legítimo desses estudantes a um ensino acolhedor. Referindo-se aos Projetos de Lei nº 2.673, de 2023 e nº 2.571, de 2023, explicou que buscam formar profissionais da educação e garantir educação inclusiva para os autistas em todos os níveis, respectivamente.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 1.874, de 2015, que altera a redação do parágrafo único do art. 3º e os artigos 5º e 7º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 1.874, de 2015, que altera a redação do parágrafo único do art. 3º e os artigos 5º e 7º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 1.874, de 2015, que altera a redação do parágrafo único do art. 3º e os artigos 5º e 7º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 1.874, de 2015, que altera a redação do parágrafo único do art. 3º e os artigos 5º e 7º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 1.874, de 2015, que altera a redação do parágrafo único do art. 3º e os artigos 5º e 7º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada registrou a presença do Vereador Vitor Hugo, da cidade do Rio de Janeiro.

Amom Mandel (CIDADANIA - AM) - O Deputado, primeiro na história da Câmara dos Deputados a tornar público seu diagnóstico de transtorno do espectro autista, expressou repúdio ao pronunciamento de Parlamentar que criticou o projeto que garante acompanhante a autistas. Destacou a importância de garantir oportunidades e direitos fundamentais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.874, de 2015, que altera a redação do parágrafo único do art. 3º e os artigos 5º e 7º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.874, de 2015, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Marcos Pollon (PL - MS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.874, de 2015, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Osmar Terra (MDB - RS) - O Deputado criticou a inclusão da vacina contra a COVID-19 para crianças de 6 meses a 5 anos no Programa Nacional de Imunizações (PNI). Enfatizou que as vacinas do PNI visam imunizar, ao contrário da vacina contra a COVID-19 que é ineficaz. Questionou a necessidade de vacinar crianças, destacando a baixa letalidade da doença nesse grupo e apontando a suposta falta de eficácia das vacinas. Levantou dúvidas sobre a vacinação em massa e criticou a eficácia das vacinas de RNA mensageiro. Pediu que a decisão de vacinar crianças seja deixada para as famílias.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado expressou gratidão ao Senado pela aprovação do Projeto de lei nº 4.363, de 2001, que institui a Lei Orgânica das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares em âmbito nacional. Elogiou o Senador Fabiano Contarato pelo equilíbrio ao relatar o projeto. Destacou que essa conquista beneficia a sociedade ao garantir direitos aos profissionais, antes desprovidos de garantias. Prometeu continuar buscando melhorias salariais para os militares do Distrito Federal.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de lei nº 4.968, de 2020, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata.

Coronel Meira (PL - PE) - O Deputado expressou gratidão ao Senado pela aprovação do Projeto de lei nº 4.363, de 2001, que institui a Lei Orgânica das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

âmbito nacional. Destacou que essa conquista beneficia a sociedade ao garantir direitos aos profissionais, antes desprovidos de garantias.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado expressou solidariedade ao empresário Alexandre Costa, dono da Cacau Show, cuja fábrica em Linhares foi atingida por um incêndio. Com três fábricas no Brasil e 487 colaboradores, a unidade danificada representava 19% da produção. Destacou a importância da empresa no país e enviou apoio aos funcionários e ao empresário afetados.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 4.968, de 2020, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de lei nº 4.968, de 2020, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata. Criticou o negacionismo científico e o histórico do Governo anterior, ressaltando a importância da vacinação, que embora não impeça a COVID, reduz sua gravidade.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada proferiu parecer às Emendas de Plenário do Projeto de lei nº 4.968, de 2020, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada comentou as Emendas de Plenário do Projeto de lei nº 4.968, de 2020, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada comentou as Emendas de Plenário do Projeto de lei nº 4.968, de 2020, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

1943, para determinar que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global ao Projeto de lei nº 4.968, de 2020, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de lei nº 4.968, de 2020, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata.

Erika Kokay (PT - DF) - Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global ao Projeto de lei nº 4.968, de 2020, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada defendeu a Subemenda Substitutiva Global ao Projeto de lei nº 4.968, de 2020, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei nº 4.968, de 2020, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei nº 4.968, de 2020, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei nº 4.968, de 2020, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada se opôs à emenda, acolhida pela Relatora, ao Projeto de Lei nº 4.968, de 2020, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata. Ademais, alegou que ao reduzir a obrigatoriedade de divulgação de informações sobre campanhas de vacinação às empresas com mais de cinquenta empregados, a emenda tornou o referido Projeto de Lei ineficaz, uma vez que atingirá somente 30% das empresas brasileiras.

Marcos Pollon (PL - MS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei nº 4.968, de 2020, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada criticou a atual tendência política de propagar mentiras e ódio, enquanto elogiava as iniciativas do Governo Federal, destacando a inclusão de um milhão de jovens na educação integral e a garantia de conectividade nas escolas. Ademais, enfatizou a retomada de programas essenciais como Brasil Sorridente, Farmácia Popular e Mais Médicos. Além disso, ressaltou a eficácia das políticas de transferência de renda do Governo, que retiraram 3 milhões de pessoas da extrema pobreza. Adicionalmente, a propósito da votação do Projeto de Lei nº 4.968, de 2020, censurou aqueles que negam a responsabilidade das empresas em divulgar campanhas de vacinação, incluindo a prevenção do câncer de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

colo do útero, principalmente por meio da vacina do HPV. Por fim, reforçou a importância da conscientização e da responsabilidade empresarial nas campanhas de saúde.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei nº 4.968, de 2020, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada agradeceu o apoio para a aprovação do Projeto de Lei nº 4.968, de 2020, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata. Ademais, esclareceu que a proposição aprovada não isenta o Estado de suas obrigações, mas busca envolver tanto entidades públicas quanto privadas na promoção da saúde. Além disso, enfatizou a importância da prevenção contra doenças e da defesa da vida como valores supremos. Adicionalmente, ressaltou a responsabilidade de cada indivíduo e organização em participar de campanhas de prevenção, destacando a conscientização sobre a vacinação e exames preventivos como mamografia e relacionados ao câncer de próstata. Por fim, reforçou que a iniciativa não implica custos adicionais para o setor privado.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.727, de 2020, que altera o art. 265 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o art. 71 do Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 (Código de Processo Penal Militar), para disciplinar o caso de abandono do processo pelo defensor.

Isnaldo Bulhões Jr. (MDB - AL) - O Deputado proferiu parecer à Emenda de Plenário ao Projeto de Lei nº 4.727, de 2020, que altera o art. 265 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o art. 71 do Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 (Código de Processo Penal Militar), para disciplinar o caso de abandono do processo pelo defensor.

Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 2.757, de 2022, que altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para determinar a extinção das cláusulas resolutivas constantes de títulos de domínio expedidos anteriormente a 10 de outubro de 1997.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

Lucio Mosquini (MDB - RO) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.757, de 2022, que altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para determinar a extinção das cláusulas resolutivas constantes de títulos de domínio expedidos anteriormente a 10 de outubro de 1997.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 2.757, de 2022, que altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para determinar a extinção das cláusulas resolutivas constantes de títulos de domínio expedidos anteriormente a 10 de outubro de 1997. Ademais, enfatizou o avanço do Governo Lula no financiamento da agricultura familiar e no aumento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, destacando o compromisso do Presidente da República com o combate à fome e com a segurança alimentar. Além disso, ressaltou os esforços do Governo para garantir que todos os brasileiros se alimentem adequadamente, elogiando a saída de mais de 3 milhões de pessoas da extrema pobreza.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.757, de 2022, que altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para determinar a extinção das cláusulas resolutivas constantes de títulos de domínio expedidos anteriormente a 10 de outubro de 1997. Ademais, defendeu a aprovação da Emenda de Plenário que amplia a possibilidade de regularização fundiária para propriedades rurais de 1500 para 2500 hectares.

Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado proferiu parecer às Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 2.757, de 2022, que altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para determinar a extinção das cláusulas resolutivas constantes de títulos de domínio expedidos anteriormente a 10 de outubro de 1997.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei nº 2.757, de 2022, que altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para determinar a extinção das cláusulas resolutivas constantes de títulos de domínio expedidos anteriormente a 10 de outubro de 1997. Ademais, parabenizou o Senado federal pela aprovação da Lei Orgânica das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros dos Estados brasileiros. Além disso, criticou o Governador da Paraíba por não respeitar a Lei aprovada pelo Congresso em 2019 a respeito da paridade e da integralidade da remuneração dos policiais, desrespeitando inclusive o direito à folga do policial militar. Por fim, reforçou seu compromisso com a segurança pública.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida ao Projeto de Lei nº 2.757, de 2022, que altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para determinar a extinção das cláusulas resolutivas constantes de títulos de domínio expedidos anteriormente a 10 de outubro de 1997. Também ressaltou a aprovação da Lei Orgânica das Polícias Militares, que passou pelo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

Senado após tramitar na Casa. Expressou a importância da sanção integral do projeto que trata do reajuste das forças de segurança do Distrito Federal, destacando conquistas para a Polícia Civil, Militar e Corpo de Bombeiros. Enfatizou o caráter dialogal do processo e a necessidade de avanços contínuos em defesa das forças de segurança.

Joaquim Passarinho (PL - PA) - O Deputado elogiou o Projeto de Lei nº 2.757, de 2022, que altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para determinar a extinção das cláusulas resolutivas constantes de títulos de domínio expedidos anteriormente a 10 de outubro de 1997, destacando os Deputados Ailton Faleiro e Lucio Mosquini, assim como todos os envolvidos em sua construção. Expressou a importância de compreender a realidade Amazônica, enfatizando os obstáculos enfrentados na regularização de terras na região. Criticou a burocracia antiga e retrógrada, percebida como um entrave ao desenvolvimento, prejudicando produtores, o agronegócio e moradores locais. Parabenizou os responsáveis pelo texto e expressou a esperança de que o Congresso Nacional introduza modernidade, assegurando o respeito ao homem do campo e seu legítimo direito à terra, especialmente na Região Norte, na Amazônia.

Lucio Mosquini (MDB - RO) - O Deputado informou que o Projeto de Lei nº 2.757, de 2022, foi amplamente discutido em reunião no Colégio de Líderes e que houve acordo para votar o texto da matéria. Destacou que não há oposição à Emenda nº 3, apresentada pelo Deputado Carlos Henrique Gaguim. Especificou que a emenda propõe uma alteração na quantidade de hectares, de 1.500 para 2.500, ressaltando que os demais pontos solicitados já foram acolhidos pelo Relator.

Vicentinho Júnior (PP - TO) - O Deputado encaminhou a votação da Emenda de Plenário nº 3, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.757, de 2022, que altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para determinar a extinção das cláusulas resolutivas constantes de títulos de domínio expedidos anteriormente a 10 de outubro de 1997.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 3, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.757, de 2022, que altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para determinar a extinção das cláusulas resolutivas constantes de títulos de domínio expedidos anteriormente a 10 de outubro de 1997.

Lucio Mosquini (MDB - RO) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 3, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.757, de 2022, que altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

determinar a extinção das cláusulas resolutivas constantes de títulos de domínio expedidos anteriormente a 10 de outubro de 1997.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 3, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.757, de 2022, que altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para determinar a extinção das cláusulas resolutivas constantes de títulos de domínio expedidos anteriormente a 10 de outubro de 1997.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 3, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.757, de 2022, que altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para determinar a extinção das cláusulas resolutivas constantes de títulos de domínio expedidos anteriormente a 10 de outubro de 1997.

Marcos Pollon (PL - MS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 3, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.757, de 2022, que altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para determinar a extinção das cláusulas resolutivas constantes de títulos de domínio expedidos anteriormente a 10 de outubro de 1997.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 3, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.757, de 2022, que altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para determinar a extinção das cláusulas resolutivas constantes de títulos de domínio expedidos anteriormente a 10 de outubro de 1997.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado destacou a escolha do pré-candidato à Prefeitura de João Pessoa, Nilvan Ferreira, para a Direita conservadora na Paraíba. Junto ao Deputado Estadual Wallber Ferreira, ressaltou a discordância com a aliança do partido com o Governador do Estado, criticando seus ataques constantes ao ex-Presidente Jair Bolsonaro. Explicou a decisão de lançar Nilvan Ferreira, que foi vencedor nas eleições de 2022 mesmo enfrentando sabotagem do próprio partido. Anunciou que seu apoio se deve à afinidade do pré-candidato com as posições do ex-Presidente Bolsonaro, destacando a independência na escolha.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada condenou o preconceito manifestado durante a votação do Projeto de Lei nº 2.757, de 2022, refutando a visão desmerecedora das pequenas e médias propriedades. Destacou que os pequenos e médios agricultores adotam tecnologia e possuem equipamentos, desempenhando papel



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

crucial na produção de alimentos para o Brasil. Defendeu o respeito a esses proprietários, ressaltando sua contribuição para emprego e alimentação da população. Criticou a tentativa de introduzir no texto a grande propriedade, concentradora de terras, que não beneficia a sociedade brasileira. Reiterou o compromisso com o acordo feito para a votação da matéria, que contempla as pequenas e médias propriedades.

Domingos Sávio (PL - MG) - O Deputado expressou sua indignação com a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), acusando o Ministério da Educação de ter agido irresponsavelmente. Considerou a prova uma ferramenta de lavagem cerebral, que objetivou induzir ao marxismo, difamar o agronegócio, a EMBRAPA e a EMBRAER, além de desconsiderar a biologia ao negar a existência de masculino e feminino. Argumentou que a prova fundamentou-se em mentiras e posições ideológicas, visando uma seleção ideológica na entrada das universidades. Exigiu punição para os responsáveis e a anulação de questões duvidosas, alegando que prejudicou milhões de jovens que buscavam uma vaga em universidades públicas.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada parabenizou o Ministro Camilo Santana, o Ministério da Educação e o INEP pela realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), destacando sua importância como caminho de acesso à universidade. Ela ressaltou a tecnologia avançada de resposta ao item e a excelência pedagógica do exame, considerando-o uma ferramenta de avaliação integral. Repudiou a sugestão de anular o ENEM, alertando que isso seria uma brincadeira com a vida dos estudantes e suas famílias, pedindo responsabilidade e respeito ao trabalho sério do Ministério da Educação.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado criticou uma declaração do Relator da LDO sobre a criação de emendas gerenciadas pelas bancadas, argumentando que isso beneficiaria partidos como PL e Centrão. Citou que essa medida dificultaria ainda mais a luta para alocação de recursos para políticas destinadas às pessoas com deficiência e a programas voltados a crianças e adolescentes. Considerou inaceitável que alguns partidos tenham mais influência sobre o Orçamento do que os próprios Ministérios responsáveis pelas execuções.

Lucio Mosquini (MDB - RO) - O Deputado parabenizou a Casa, o Relator e o Senador Confúcio Moura pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.757, de 2022, que altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para determinar a extinção das cláusulas resolutivas constantes de títulos de domínio expedidos anteriormente a 10 de outubro de 1997. Considerou que o projeto concede carta de alforria aos produtores rurais do Brasil, especialmente em Rondônia. Destacou a libertação dos produtores das condições resolutivas dos títulos junto ao INCRA, agradecendo pela aprovação da matéria.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado agradeceu a oportunidade de relatar o Projeto de Lei nº 2.757, de 2022, que altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para determinar a extinção das cláusulas resolutivas constantes de títulos de domínio expedidos anteriormente a 10 de outubro de 1997. Destacou a relevância, inicialmente direcionado para a Amazônia, mas que acabou beneficiando todo o Brasil. Enfatizou o trabalho conjunto com outros parlamentares; reconheceu o papel do Senado em acolher a demanda e ressaltou as melhorias feitas no texto na Câmara dos Deputados. Destacou a desburocratização do processo de obtenção de títulos de terra e o aumento do crédito fundiário. Por fim, expressou sua confiança de que o substitutivo será aprovado no Senado e sancionado pelo Presidente Lula, beneficiando aqueles que necessitam de documentos de terra.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado parabenizou o Relator Airton Faleiro e destacou a importância da votação favorável ao Projeto de Lei nº 2.757, de 2022, que altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para determinar a extinção das cláusulas resolutivas constantes de títulos de domínio expedidos anteriormente a 10 de outubro de 1997, e que possibilitou aumentar o crédito fundiário. Enfatizou que essa mudança é fundamental para permitir que os jovens permaneçam e produzam no campo, tornando a agricultura uma opção viável para a juventude.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado expressou insatisfação com a quebra de acordo em relação à votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 3.557, de 2023, que dispõe sobre a criação do espaço do ciclista, nas dependências das empresas, com infraestrutura física e operacional de apoio ao trabalhador que utiliza bicicleta como meio de transporte ao trabalho. Mencionou que havia um acordo para votação, mas a Sessão foi encerrada sem que isso ocorresse devido a um pedido de obstrução de um partido. Destacou a importância dos acordos estabelecidos nas reuniões de líderes e expressou preocupação com o descumprimento no Plenário da Câmara.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado defendeu duas proposições de sua autoria que impactam os Municípios brasileiros. O Projeto de Lei Complementar nº 98, de 2023, que altera a Lei Complementar 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para definir com maior rigor os casos em que os valores de parcerias ou contratações firmadas pelo poder público não entram no cálculo dos gastos com pessoal; visa retirar os gastos com serviços terceirizados do cálculo dos gastos com pessoal, para evitar penalizações injustas. E o Projeto de Lei Ordinária nº 4462, de 2023, que altera o § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para permitir a adesão à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal; busca permitir que os Municípios possam aderir a atas de registro de preços



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

entre eles, aumentando a eficiência na compra de produtos e serviços. O Parlamentar pediu o apoio dos líderes para a pauta de urgência deste segundo projeto.

Mauro Benevides Filho (PDT - CE) - O Deputado abordou dois assuntos da esfera econômica: a meta do resultado primário, vinculada ao arcabouço fiscal e à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); bem como, a questão relativa ao superávit primário. Apontou divergência em relação à equipe econômica do Governo no que tange ao piso dos investimentos, segundo ele, diante do que foi estabelecido no arcabouço fiscal, à luz da Lei Complementar nº 200, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Reimont (PT - RJ) - O Deputado parabenizou a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) pelo seu sistema de cotas e celebrou a candidatura da Professora Gulnar à reitoria daquela Instituição de ensino superior pública.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado realizou a leitura de carta aberta do Coletivo Nacional dos Eletricitários em defesa da reestatização das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás).

Márcio Correa (MDB - GO) - O Deputado afirmou que o Governo Lula não tem compromisso com os gastos públicos. Lembrou que a alteração do teto de gastos deu-se em função da rigidez da âncora fiscal, e duvidou da capacidade do Governo de cumprir suas promessas de responsabilidade fiscal. Criticou a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, a chamada PEC da Transição. Alertou que o Governo Federal, para cobrir suas despesas, encaminhou em regime de urgência, o Projeto de Lei Complementar nº 233, de 2023, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito e altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados.

Marcos Pollon (PL - MS) - O Deputado expressou frustração em relação a medidas que impedem o funcionamento de empresas relacionadas ao comércio de armas e clubes de tiro. Argumentou contra a justificativa dessas medidas e criticou a falta de ação em relação ao instrumento que poderia resolver a situação, segundo ele, o Projeto de Lei nº 3.723, de 2019, que altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm e define crimes.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou o Governo e o Presidente Lula, alegando que a Região Nordeste está sendo enganada. Criticou a taxaço das águas do rio São Francisco, a cobrança por perfuração de poços artesianos, a do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (Seguro DPVAT), a ideologia no Exame Nacional do Ensino Médio e outros aspectos negativos da gestão pública. Segundo o Parlamentar, muitas celebridades que antes criticavam o Brasil agora estão em silêncio. Mencionou, ainda, o desmatamento da Floresta Amazônica.

Henderson Pinto (MDB - PA) - O Deputado agradeceu pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.757, de 2022, que altera as Leis nºs 11.952, de 25 de junho de 2009, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a extinção de cláusulas resolutivas constantes de títulos fundiários, e a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Explicou tratar-se de um importante instrumento relacionado à regularização fundiária no Brasil, especialmente no estado do Pará. Destacou que a proposição corrige uma distorção na legislação de 2009, extinguindo as cláusulas resolutivas dos títulos de domínio de áreas públicas do INCRA e da União em projetos de assentamentos e colonização. Ressaltou o aumento do limite de áreas atendidas, beneficiando o setor produtivo. Enfatizou a importância de garantir direitos tanto para os produtores rurais quanto para os povos indígenas. Reiterou seu compromisso com a regularização fundiária como prioridade em seu mandato.

Reginaldo Lopes (PT - MG) - O Deputado comemorou a aprovação da Reforma Tributária na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e elogiou os envolvidos no processo. Destacou que a reforma visa simplificar o sistema tributário e tornar a economia brasileira mais competitiva. Expressou seu desejo de acompanhar a votação no Plenário do Senado da referida proposição, Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45, de 2019, que altera o Sistema Tributário Nacional.

Pastor Sargento Isidório (AVANTE - BA) - O Parlamentar elogiou o Deputado Pompeo de Mattos, que presidiu a Sessão. Destacou as ações do Governador Jerônimo Rodrigues na Bahia, mencionando projetos como o Bolsa Presença que estimula a permanência de estudantes em salas de aula e o Projeto Sertão Vivo que visa promover o desenvolvimento econômico-social na agricultura familiar.

José Nelto (PP - GO) - O Deputado denunciou problemas no sistema elétrico brasileiro, destacando a falta de energia em São Paulo e criticando a privatização do setor elétrico. Pediu uma reunião de emergência entre o Governo Federal, o Ministro de Minas e Energia e os Governadores para repensar o sistema elétrico brasileiro e rever as privatizações.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 228.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 07/11/2023

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado expressou preocupação com questões do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que, em sua opinião, tinham uma abordagem ideológica e negativa em relação ao agronegócio. Argumentou que as questões promoviam a criminalização do setor e pediu que o Ministro da Educação explicasse a situação e fornecesse a bibliografia usada para formulação do exame.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado enfatizou a importância da organização e mobilização dos candidatos conservadores de Direita nas eleições municipais de 2024 no Brasil, destacando que isso fortalece a Democracia e promove um debate político saudável. Incentivou os candidatos conservadores a se empenharem na construção de comunidades mais fortes e prósperas por meio de sua participação ativa nas eleições municipais.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado expressou profunda preocupação com a tentativa de membros da bancada ruralista de convocar o Ministro da Educação para explicar questões do Enem 2023. Destacou a independência do INEP na elaboração das questões, salientando que o Ministro não interfere no processo. Argumentou que politizar questões específicas do Enem desvia o foco das responsabilidades essenciais do Ministro, podendo comprometer a autonomia do INEP. Ressaltou a importância de concentrar esforços na melhoria do sistema educacional como um todo, preservando a credibilidade e integridade do Enem.

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado abordou a crescente preocupação com a manipulação de dados pessoais em meio à era digital. Salientou a prática questionável da coleta do CPF pelos estabelecimentos farmacêuticos, sob o pretexto de oferecer descontos. Ressaltou que, além dos impactos financeiros, a exposição de dados sensíveis de saúde pode resultar em sérias consequências. Sublinhou a importância da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para resguardar os cidadãos e instou à vigilância constante sobre a utilização de informações pessoais.

Ana Paula Lima (PT - SC) - A Deputada registrou um Simpósio sobre violência contra crianças e adolescentes. Apresentou resultados da Pesquisa Nacional sobre maus-tratos, destacando preocupantes percepções, como 25% das pessoas entrevistadas acreditando que dar tapa é uma prática educativa aceitável. Destacou o papel do Brasil na Parceria Global pelo fim da violência. Parabenizou parceiros e aliados na causa. Elogiou o Governo por sancionar o Projeto de Lei nº 976, de 2022, instituindo pensão especial para órfãos de feminicídio, ressaltando a importância de proteger as crianças vítimas dessa violência.

ENCERRAMENTO